

Data-base 2015: arrocho é inaceitável!

O Fórum das Seis protocolou em 27/3 a pauta unificada de reivindicações de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes da USP, Unesp, Unicamp e do Centro Paula Souza para a data-base de 2015. Além de outras questões importantes, quanto aos salários reivindicamos repor a inflação pelo ICV-Dieese (índice este que no final de abril/15 deve atingir perto de 9%) mais 3% de reposição de perdas históricas. O próprio índice Fipe deve chegar a cerca de 7%.

De seu lado, o Cruesp, como em 2014, já distribui à mídia “alegações preventivas” sobre as dificuldades financeiras das universidades estaduais.

É bom lembrar que há anos o Fórum das Seis, a Adusp em particular, insiste que é imperioso aumentar o percentual destinado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) às universidades estaduais: nossa proposta histórica é passá-lo de 9,57% — conquistado em 1995 após dura luta — para 11,6% do ICMS-Quota Parte do Estado.

Total do produto. Tão central quanto esse aumento é reverter a interpretação que o governo estadual faz do texto do artigo 4º da LDO: tal leitura exótica exclui da base de cálculo dos atuais 9,57% o montante destinado aos programas habitacionais e deixa de incluir parcelas importantes do produto do ICMS, tais como: multas e juros de mora do ICMS pago em atraso, de sua dívida ativa e por autos de infração, entre outras alíneas das receitas do Estado provenientes do ICMS. Todas elas, no entanto, são levadas em conta quando do cálculo dos repasses aos municípios paulistas (ICMS-Quota Parte dos Municípios).

Como já registramos diversas vezes, todas as verbas destinadas ao atendimento de direitos sociais — educação, saúde, saneamento,

habitação, previdência e outros — são fundamentais:

Adusp e Fórum das Seis continuarão defendendo a sua ampliação. O que

é inaceitável é retirar de um direito para financiar outro: por exemplo, tirar da saúde para financiar a previdência, ou tirar da educação para financiar a previdência. Contudo, esta mistura indevida de fundos e contas tornou-se comum: por exemplo, a lei que instituiu a São Paulo Previdência (SPPrev) e o regime de Previdência dos servidores públicos estaduais permite (no artigo 26, inciso I) contabilizar o pagamento dos aposentados da educação básica pública no Estado (educação infantil, ensinos fundamental e médio) como parte do cumprimento da determinação da Constituição Paulista de que, no mínimo, 30% da receita de impostos devam ser aplicados em educação pública.

Além disso, o governo Alckmin não cumpre com a palavra empenhada: até hoje a USP não recebeu os 0,07% do ICMS-QPE pela incorporação de Lorena, assim como a Unicamp não recebeu os 0,05% pela abertura do *campus* de Limeira. E a Unesp está sem a contrapartida devida pela enorme expansão de unidades e cursos realizada, esforço aliás comum às três estaduais paulistas.

Para corrigir algumas dessas distorções, reivindicamos que no texto da LDO seja incluída a expressão “total do produto do ICMS”, garantindo que a base de cálculo das estaduais seja idêntica à dos municípios. No período de 2008 a 2014, em R\$ de 1º/jan/15 (tomando o IPCA do IBGE como



deflator), o montante de recursos não repassados às estaduais paulistas é de **R\$ 1,744 bilhão**, sem contar a perda devida à Nota

Fiscal Paulista (NFP), um programa de governo regressivo — remunera mais os que já têm mais. Se somarmos a esse montante as perdas devidas à NFP, levando em conta exclusivamente a cifra distribuída pelo governo Alckmin (e não o total arrecadado com a NFP), os recursos não repassados às estaduais (em R\$ de 1º/jan/15) sobem para **R\$ 2,538 bilhões** no período citado: 2008-2014.

Papel do Cruesp. Ainda que, fruto da greve de 2014, o Cruesp tenha adotado propostas análogas às do Fórum das Seis, em particular o aumento do percentual na LDO para 9,901% e a inclusão da expressão “total do produto do ICMS” no texto da LDO, sua atuação concreta na Alesp e frente ao governo foi tímida, para dizer o mínimo. E, muito embora M.A. Zago e V. Agopyan tenham formalmente endossado a proposta do Cruesp, o discurso público da Reitoria da USP consistia em insistir no corte de gastos e que as universidades não precisavam de mais recursos do Estado.

Aparentemente, a tentativa de transmitir à sociedade e, inclusive, ao Cruesp, a imagem (nada além disso...) de “gestor responsável” tem sido mais importante do que a defesa de um dos principais sistemas públicos de educação superior do país. Essa submissão ao governo Alckmin é incompatível com o que se espera de qualquer gestor público.

“Solução final”. A USP vem sendo submetida a um projeto que a desmonta como universidade na qual vicejem Ensino, Pesquisa e Extensão (E-P-Ex) de qualidade. Para além de desmantelar o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC, o “Centrinho” de Bauru) e o Hospital Universitário (HU), e de perpetrar, no relatório final do GT-Atividade Docente, uma proposta de “**solução final**” para o RDIDP e a indisociabilidade de E-P-Ex (**vide p. 2, 4 e 5**), outra parte importante da execução deste projeto é o arrocho de salários, que favorece a busca de soluções individuais para o problema da remuneração, o que facilita o controle centralizado das atividades acadêmicas e a inversão da *lógica de colaboração* entre pares em *lógica de concorrência*, cujo melhor exemplo recente é a Avaliação para Progressão de Nível, mais conhecida como “progressão horizontal”.

Ademais, esse projeto da Reitoria potencializa a privatização da atividade acadêmica por intermédio das fundações privadas ditas “de apoio” que hoje, após muito insistirmos e sob os auspícios do “abaixo a corrupção”, finalmente sofre o escrutínio cerrado da mídia, que passa a divulgar, curiosamente, coisas que já sabia há tempos!

Em épocas de inflação com tendência crescente (o “mercado” estima a inflação de 2015 em mais de 8%), torna-se ainda mais importante manter, minimamente, o poder aquisitivo dos salários de docentes e funcionários.

Assim, além da luta contra o projeto de universidade de M.A. Zago-V. Agopyan, é fundamental recusarmos toda e qualquer tentativa de arrocho salarial, como fizemos em 2014.

Mas será que o Cruesp aprendeu algo com a experiência do ano passado?

Com a palavra os reitores...

Assembleias da Adusp: 29 de abril, quarta-feira, auditório Adma Jafet (IF)

17h Ordinária: relatório da Diretoria

17h30 Extraordinária: Campanha Salarial; 7º Conad Extraordinário do Andes-SN; Democratização

Docente recorre ao TJ-SP contra decisão do reitor de suspender ingresso no RDIDP

Juíza da 6ª Vara da Fazenda Pública aceita tese de M.A. Zago de “impacto financeiro” e rejeita mandado de segurança de Sonia Kruppa. Entendimento ameaça todos os docentes

Surpreendida por uma trama burocrática que parece ter saído da pena do escritor Franz Kafka, autor da clássica obra *O Processo* (1925), a professora Sonia Kruppa, da Faculdade de Educação (FE), onde trabalha há vinte e dois anos, está recorrendo à justiça para que seja respeitado pela Reitoria da USP algo que deveria ser simples: seu direito líquido e certo de mudar de regime de trabalho.

A professora, que ingressou na USP em 1993, sob contrato, como Auxiliar de Ensino (MS1), foi nomeada em 2008 para o cargo efetivo de Professora Doutora (MS3), após aprovação em concurso público. Sempre trabalhou no Regime de Turno Completo (RTC) e lotada no Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA). Na data de 22/5/2014, por meio de expediente administrativo da Diretoria, o EDA encaminhou à Reitoria pedido de mudança de regime de trabalho da professora para o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

Antes disso, Sonia firmou compromisso de não exercer nenhum outro cargo, função ou atividade. O Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da unidade já aprovava, em 15/5/2014, por unanimidade, a solicitação de mudança do seu regime de trabalho de RTC para RDIDP. E a Comissão de Pós-Graduação da FE já havia autorizado, em 7/4/2014, o credenciamento da professora como orientadora de mestrado e doutorado.

Por fim, a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) opinou favoravelmente, em 10/10/2014, à solicitação de mudança da professora para o RDIDP, encerrando-se nesse órgão, segundo a previsão estatutária, a tramitação do processo. O parecer da CERT é esclarecedor: “Oportunamente o processo deverá ser encaminhado à FE para conhecimento da Diretoria e do Departamento respectivo e ciência, por escrito, da docente. Ao DRH [Departamento de Recursos Humanos]”.

Tudo indicava que caberia ao DRH apenas encaminhar as providências de rotina. Mas eis que entra na história, antes da hora, um novo personagem: o reitor. Pois não é

que, em vez de ser encaminhado ao DRH em atendimento à CERT, o processo 93.321.48.0 foi parar nas mãos da Comissão de Claros Docentes, presidida por M.A. Zago?

“**Ato inusitado**”. Como registra o mandado de segurança que tramitou na 6ª Vara da Fazenda Pública, o chefe administrativo do Serviço de Contratos Autárquicos e Docentes do DRH, Daniel M. de Sousa, “em ato inusitado e arbitrário”, despachou da seguinte forma: “Considerando que a sra. Sonia Maria Portella Kruppa vem exercendo suas funções, em regime de turno completo, somos pelo envio dos autos à Comissão de Claros, para preliminar manifestação, face [sic] ofício circular 77/99”.

Prossegue a inicial: “A despeito de inexistir qualquer indicativo do conteúdo de tal ofício circular, percebe-se inequívoco engano de encaminhamento administrativo, pois a docente, embora em RTC, não ocupava claro e tampouco encontrava-se sob contrato autárquico, ocupante de cargo efetivo que é desde 2008!!!”.

Já é espantoso que o DRH decida-se a atropelar a CERT e ignorar a tramitação precedente do processo — inteiramente regular. Contudo, chamado a manifestar-se, o presidente da Comissão de Claros Docentes, reitor M. A. Zago, em vez de corrigir o erro cometido e devolver o processo ao DRH, emitiu o seguinte despacho em 13/11/2014: “suspender as análises de solicitações de transferência para o RDIDP, até que estejam finalizados os trabalhos referentes à nova política de regime de trabalho e de progressão na carreira”.

Ocorre que não existe na Portaria GR 6.517/2014, que dispõe sobre a Comissão de Claros Docentes, nenhuma referência a tal competência dentre suas atribuições. E a propalada “nova política de regime de trabalho e de progressão na carreira”, sequer divulgada como proposta, gera efeitos que contrariam o trâmite legal de processos e trazem insegurança a quem apresenta esse tipo de pleito.

“**Impacto**”. Ao apresentar in-

formações à 6ª Vara, a Reitoria enveredou pelo ridículo. Alegou que, além do interesse do próprio docente e do interesse acadêmico, “a alteração de regime de trabalho para RDIDP exige a **análise de impacto financeiro**, uma vez que implica aumento da remuneração do docente e, conseqüentemente, aumento das despesas orçamentárias” (os destaques são do original), pois “ao ingressar em RDIDP a remuneração do docente é majorada significativamente” e “**a alteração de regime pretendida pela impetrante mais do que DOBRARIA seus vencimentos**” (destaques e maiúsculas são do original).

“Por essa razão”, continua a Reitoria, “almejando que se realizasse uma análise do impacto financeiro dessas alterações de regime, o Ofício 77/99 [...] determina que: ‘as mudanças de regime de trabalho que venham a onerar o orçamento pessoal [sic] (RTP para RTC, RTP para RDIDP, e RTC para RDIDP) serão analisadas pela Comissão de Claros e pela CERT’”. Acrescenta que a USP “atravessou, em 2014, o auge de uma crise orçamentária que, embora equacionada, ainda não foi superada”.

Como destacou a advogada Lara Lorena, do Departamento Jurídico da Adusp e representante da professora Sonia Kruppa no processo: tal alegação, por ser “argumento não jurídico”, é inaceitável, e “se crise há, se equaciona mais na questão do financiamento da Universidade e na má gestão e prioridades de seus administradores”.

Um mero ofício circular não pode criar ou restringir direitos. No entanto, argumenta Lara, “foi abusivamente utilizado como instrumento para negar o direito pleiteado, sendo manifestamente ilegal!!!”. Mais: “Não há, em nenhuma regra normativa interna [...] qualquer dispositivo que mencione que a mudança de regime seja ‘a critério da Reitoria’ ou ‘de acordo com a disponibilidade financeira ou orçamentária’”.

Porém, a juíza Cynthia Thomé, da 6ª Vara, conhecida pelas suas decisões em desfavor dos servidores públicos, primeiramente rejeitou o pedido de liminar no mandado de segurança, por entender que a ação da professora não demonstrou “a irregularidade do ato administrativo combatido”, nem “o direito líquido e certo”.

Ilegalidade. Inconformada com a rejeição da liminar, em 12/2/2015 Sonia Kruppa interpôs um agravo no Tribunal de Justiça (TJ-SP), pedindo a suspensão dos efeitos da decisão da juíza até que fosse julgado o mérito do mandado de segurança. No agravo, a advogada Lara Lorena reiterou os argumentos já apresentados na inicial, contra “o absurdo e arbitrário ato administrativo perpetrado pelo Agravado, em completa ilegalidade”.

A advogada explicou que, “após o Parecer CERT, o processo não seguiu para publicação da Portaria a ser baixada pelo reitor, que assim não o fez, tendo o processo prosseguido irregularmente à Comissão de Claros!”. Desse modo, M.A. Zago não somente surgiu no enredo fora de hora e no papel errado, como também deixou de aproveitar a chance de nele comparecer da maneira correta e no momento adequado, por meio da Portaria que tinha (e tem) obrigação de assinar e mandar publicar, reconhecendo o ingresso da professora Sonia Kruppa no RDIDP.

Ao apreciar o agravo, o TJ-SP negou o efeito suspensivo solicitado, mas não julgou o mérito. Porém, nesse meio tempo, foi publicada a sentença definitiva da juíza Cynthia Thomé, denegando o mandado de segurança requerido pela docente. O objeto do agravo foi prejudicado.

Apelação ao TJ. A sentença emitida pela 6ª Vara é decepcionante, pois incorpora as disparatadas alegações da Reitoria, sem citar um único dispositivo legal que as fundamente: “a alteração do regime de trabalho para RDIDP exige a análise do impacto financeiro [...] a alteração do regime pretendida pela impetrante mais que dobraria seus vencimentos [...] o pedido da impetrante foi suspenso, e não indeferido”. Segundo a juíza, a docente da FE “não tem direito adquirido à alteração, mas mera expectativa de direito”.

A professora prepara agora um recurso de apelação a ser encaminhado ao TJ-SP, contra a decisão de primeira instância. Diante da gravidade do fato e de sua disposição de tratar publicamente da questão, Sonia Kruppa continuará contando com integral apoio da Adusp, cujo atendimento para orientação jurídica é acessível a todos os filiados que venham a enfrentar problemas semelhantes.

Adusp convoca eleições para diretoria e CR

Nos dias 26, 27 e 28 de maio ocorrerão eleições para a diretoria da Adusp e para o Conselho de Representantes (CR). As inscrições das chapas para a diretoria deverão ser efetuadas até 18 horas de 15/5 na sede da Adusp; para o CR, até 18 horas de 22/5 no mesmo local. As eleições serão realizadas das 9 horas às

21 horas nas dependências da USP. Os candidatos eleitos cumprirão mandato até junho de 2017. Consta no edital, publicado nesta página, a lista das unidades que deverão eleger seus representantes no CR.

Fundada em 1976, a Adusp, que é uma Seção Sindical do Andes-Sindicato Nacional, tem atuado em

defesa de melhores condições de vida e trabalho para os docentes da USP. Em 2014, juntamente com as outras entidades que compõem o Fórum das Seis, protagonizou greve histórica de 118 dias, em defesa dos salários ameaçados pelo arrocho tentado pelo reitor. Da mesma forma, vem atuando em defesa do

RDIDP e por um maior repasse da Quota-Parte Estadual do ICMS para as universidades estaduais paulistas e mudança do teto salarial no Estado. Atualmente, a Adusp conta com 2.808 professores filiados, todos eles aptos a participar de chapas, candidatar-se ao CR por suas unidades e votar nas eleições.

Situação vence eleições do DCE

Com 45% dos votos, a chapa de situação, “Manifesta”, saiu-se vitoriosa nas eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) “Alexandre Vannucchi Leme”. Ela recebeu 3.949 votos, de um total de 8.816 votos válidos. Os nulos e em branco foram 178. Votaram, ao todo, 8.994 estudantes da graduação e da pós-graduação. As eleições ocorreram entre os dias 8 e 10/4 em todas as unidades e a apuração foi realizada em 11/4.

Outras sete chapas sete chapas concorreram; as de votação mais significativa foram “USPnova”, a segunda mais votada, com 2.228 votos (25%) e “Compor e Ouvir”, a terceira, com 1.760 votos (20%).

Constam da carta-programa da “Manifesta” as seguintes pautas: “Nenhum centavo a menos para a educação, 10% do PIB na educação pública; aumento do repasse do ICMS para os estaduais paulistas para 11,6%; abertura do livro de contas da USP; democracia na USP, eleições diretas para reitor, diretores e chefes de departamento, por uma Estatuente livre, democrática e soberana; contra toda forma de precarização do ensino: não à redução dos trabalhos de campo e ao fechamento de laboratórios e bibliotecas; contratação imediata de professores e funcionários para toda USP; e por um movimento estudantil e um DCE democrático, amplo e que combata as opressões”.

Ao longo da carta-programa também são abordados os cortes realizados pelo reitor M.A. Zago, cotas raciais, o descaso com a EACH e a situação do Hospital Universitário.

Edital de Convocação para Eleição da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adusp

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os associados da Adusp-S.Sind. para a eleição da diretoria e de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2015, das 9h00 às 21h00. Conforme determina o art. 36, § 3º do Estatuto Social da Adusp-S.Sind., nas unidades com vacância de suplente (ou titular), o eleito cumprirá mandato complementar até o término da gestão do representante titular (ou suplente). Nas unidades sem representantes, os eleitos cumprirão mandato até junho de 2017. As inscrições das chapas para diretoria e dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp situada à Av. Professor Almeida Prado, 1366, Cidade Universitária, São Paulo-SP. O prazo para inscrições de chapas para a diretoria da entidade se encerra às 18h00 do dia 15 de maio de 2015 e para representação junto ao CR, às 18h00 do dia 22 de maio de 2015.

São Paulo, 13 de abril de 2015.

Ciro Teixeira Correia
Presidente da Adusp-S.Sind.

Unidades que deverão eleger representantes:

- Centro de Biologia Marinha (CEBIMar)
- Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA)
- Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)
- Escola de Comunicações e Artes (ECA)
- Escola de Educação Física e Esporte (EEFE)
- Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP)
- Escola de Enfermagem (EE)
- Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP)
- Escola de Engenharia de Lorena (EEL)
- Escola de Engenharia de São Carlos (EESC)
- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ)
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)
- Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF)
- Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP)
- Faculdade de Direito (FD)
- Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP)
- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)
- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP)
- Faculdade de Educação (FE)
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)
- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
- Faculdade de Medicina (FM)
- Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP)
- Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) • (titular • mandato até maio/2016)
- Faculdade de Odontologia (FO)
- Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB)
- Faculdade de Saúde Pública (FSP)
- Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA)
- Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU)
- Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)
- Instituto de Biociências (IB)
- Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)
- Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC)
- Instituto de Energia e Ambiente (IEE)
- Instituto de Estudos Avançados (IEA)
- Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
- Instituto de Física (IF) • (suplente • mandato até maio/2016)
- Instituto de Física de São Carlos (IFSC) • (suplente • mandato até maio/2016)
- Instituto de Geociências (IGc)
- Instituto de Medicina Tropical de São Paulo (IMT)
- Instituto de Psicologia (IP)
- Instituto de Química (IQ)
- Instituto de Química de São Carlos (IQSC)
- Instituto de Relações Internacionais (IRI)
- Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE)
- Museu de Arte Contemporânea (MAC)
- Museu de Zoologia (MZ)
- Museu Paulista (MP)

RDIDP e produção científica, cultural e econômica de SP

O papel social, cultural e econômico cumprido por docentes em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) da USP é muito expressivo na realidade paulista e brasileira. Tais profissionais estão presentes nos corpos editoriais de inúmeras editoras científicas e culturais; estão envolvidos com o que há de mais complexo na área da saúde e colaboram para a produção, a absorção e a disseminação do conhecimento necessário para o desenvolvimento humano, em particular da saúde, das ciências agrárias e ambientais, bem como da produção agropecuária do Estado e do Brasil.

Os setores industriais mais sofisticados do país dependem não apenas de quadros formados em nível de graduação e pós-graduação pela USP, como também da interação direta com docentes desta mesma universidade; a área de difusão cultural seria muito menos abrangente e importante se não contasse com a participação de professores em RDIDP da USP; o mesmo pode-se dizer de conselhos nacionais, estaduais e municipais de educação, de cultura, de saúde e outros órgãos congêneres.

Basta entrar em uma livraria e consultar obras de autores brasileiros para, rapidamente, encontrar um livro de autoria de um ou uma docente em RDIDP da USP. Grande parte da produção científica brasileira — artigos, orientação de dissertações e teses, manutenção de laboratórios de pesquisa, comunicações em eventos acadêmicos, livros técnicos e tantas outras — depende diretamente do trabalho e engajamento de professores em dedicação integral da universidade.

Docentes em RDIDP participam, com grande frequência, de entrevistas e debates em inúmeros meios de comunicação, contribuindo, assim, para a formação qualificada da opinião pública nacional. Patentes, livros didáticos de nível superior, palestras para público amplo, projetos de extensão e muitas outras atividades contam com uma marcante presença de docentes contratados em RDIDP nas universidades públicas brasileiras, destacando-se entre elas a USP, a

Unesp e a Unicamp, as quais **respondem sozinhas por cerca de 40% da produção científica nacional, graças exatamente à instituição do RDIDP.**

Em grande parte, essas atividades são produtos diretos do RDIDP: é o caso dos artigos científicos e das orientações de pós-graduação. Contudo, outra expressiva parcela do que tais profissionais produzem resulta das condições de trabalho que só o RDIDP proporciona, tais como o contato diuturno com estudantes, com pesquisadores visitantes, pós-doutores e colegas da própria unidade ou de outras, discussões informais durante o café ou na frente de uma lousa, seminários e mesas-redondas. A liberdade para trilhar caminhos variados e especulativos e o tempo para reflexão intelectual, fundamentais para a produção cultural e científica, são outra característica dos regimes de dedicação integral da USP e das demais universidades públicas brasileiras.

Quantos são? Importante saber quantos são os pesquisadores em dedicação integral em São Paulo. Comparações internacionais do número de trabalhadores na área de ciência e tecnologia (C&T) são feitas considerando-se o número de pessoas que a ela se dedicam em tempo integral em relação à população total. Nessas comparações, é estimado o “equivalente em tempo integral”, de tal forma a considerar que duas pessoas que dediquem apenas a metade do seu tempo de trabalho à pesquisa — assumindo simultaneamente outras atribuições — serão consideradas como um trabalhador equivalente em tempo integral.

Assim, por exemplo, segundo o Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco), a Espanha tem 4.460 trabalhadores com tempo integral dedicado à ciência, pesquisa e inovação para cada conjunto de um milhão de habitantes. Caso São Paulo tivesse a mesma proporção, haveria, no Estado, quase 200 mil trabalhadores dedicando-se em “equivalente em tempo integral”. Como 61% daqueles trabalhadores espanhóis são, se-

gundo a mesma fonte, pesquisadores, São Paulo teria perto de 121 mil pesquisadores em tempo integral. Esses dados aparecem na Tabela 1, a seguir, para alguns países.

Tabela 1 – Quantas pessoas deveriam se dedicar integralmente à C&T e inovação no Estado de SP — e quantas trabalhariam no setor se tivéssemos a mesma taxa de trabalhadores em C&T dos países listados a seguir (em milhares)

Japão	227	(300)
Espanha	121	(198)
França	173	(280)
Alemanha	184	(310)
Argentina	54	(75)

Fonte: UIS Unesco, consulta em março/2015, os dados mais recentes disponíveis correspondem a 2011 ou 2012. A população paulista é estimada em 44 milhões em 2014 (IBGE).

Os anuários estatísticos de 2014 revelam que, em 2013, a USP contava com 5.123 docentes em RDIDP (num total de 5.901), a Unesp com 3.090 (em 3.625) e a Unicamp com 1.656 (em 1.759), o que somava 9.869 docentes trabalhando em regime de dedicação integral nas três instituições. **Ou seja: menos de 10 mil!** Considerando-se ainda as demais instituições públicas de ensino superior e as poucas instituições privadas que mantêm docentes em dedicação integral, o Estado de São Paulo deve ter, quando muito, cerca de 16 mil pessoas que se dedicam ao ensino, à pesquisa e à extensão em RDIDP, número muito pequeno quando comparado com aqueles que aparecem na Tabela 1.

Está claro que não é razoável reduzir o já tão pequeno número de pesquisadores em dedicação integral em São Paulo. Ao contrário, considerando-se as reais possibilidades da economia paulista, o que ocorre em outros países e o enorme impacto econômico, social e cultural do trabalho desenvolvido por esses pesquisadores, **é fundamental aumentar o número de docentes em RDIDP, ao invés de reduzir.**

A Fapesp apresentou uma estimativa do número de pessoas equivalentes em tempo integral

que se destinam à pesquisa (*Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo, Fapesp, 2010*), segundo a qual o Estado teria 50,5 mil pessoas nessa condição em 2008, número que parece exagerado. Contudo, mesmo considerando esse número, as estimativas apresentadas na referência citada, transformadas em pesquisadores por milhão de habitantes, que aparecem na Tabela 2, não são nada promissoras.

Tabela 2 – Número total de pesquisadores-equivalentes em jornada integral, por milhão de habitantes

Japão	5.500
Espanha	2.700
França	3.400
Alemanha	3.400
Portugal	2.640
São Paulo	1.150
Brasil (inclui São Paulo)	650

Fonte: Fapesp, Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo 2010.

Países como Dinamarca, Finlândia e Portugal, para citar alguns exemplos, chegam a ter mais do que 1% de sua população total (portanto, perto de 2% de seus trabalhadores) envolvidos com trabalhos em pesquisa e desenvolvimento (UIS Unesco); alguns poucos, como Dinamarca e Finlândia, chegam a ter uma quantidade de trabalhadores **dedicados a C&T em tempo integral** equivalente a 1% de suas populações.

Caso viesse a ser alterada a sistemática de contratação pela USP, reduzindo-se o número de docentes em RDIDP, provavelmente influenciando as demais instituições universitárias, estaríamos indo na direção inversa àquela em que deveríamos caminhar, em especial se considerarmos que uma decisão tomada hoje terá consequências práticas nas próximas décadas. Medida desse tipo faria o Estado de São Paulo distanciar-se ainda mais do que ocorre nos países considerados economicamente desenvolvidos. Assim, cabe questionar: é isso que a sociedade paulista almeja?

Considerações sobre o relatório do GT-Atividade Docente

O Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD) foi constituído por meio de uma portaria do Reitor, GR 6.545, em 30 de abril de 2014, provavelmente à revelia do Conselho Universitário (Co). Dentre suas finalidades estavam a discussão sobre os regimes de trabalho e os sistemas de avaliação individual na universidade, incluindo critérios de promoção na carreira. Para cumprir tal finalidade, o GT-AD poderia promover debates, seminários com órgãos colegiados, docentes, entidades representativas, entre outras iniciativas.

Seus membros, 24 docentes, foram definidos pela portaria e não passaram por qualquer crivo do Co; para presidi-lo, nada mais, nada menos que o professor Ricardo Terra (FFLCH), presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) durante a gestão Rodas (2010-2014).

O que dizer do método utilizado para elaborar o relatório final do GT-AD, que sequer foi assinado por seu presidente ou qualquer outro membro do grupo de trabalho? É sabido que o modo como algo é construído deixa marcas indeléveis no resultado. Assim, saltam imediatamente aos olhos, entre outras, as seguintes questões:

1. Quantas reuniões o GT-AD realizou, quando e onde? [...] Há registros, ainda que sintéticos do conteúdo de debates e propostas?
2. Qual foi a metodologia e quais foram os critérios utilizados para decidir quais propostas seriam incluídas e quais seriam omitidas no “relatório final”?
3. Se não houve consenso em relação ao relatório do GT-AD, conforme citado ao final do texto, por que não foram elaborados relatórios distintos, como no caso do GT-Fundações, durante a gestão Melfi (2001-2005)? [...]
4. Não há no relatório qualquer menção à atual carreira, cuja deliberação, segundo o reitor M.A. Zago, estaria sob suspeita e inspeção [...].

5. A portaria que instituiu o GT-AD indicava que este deveria realizar debates e consultas ao corpo da universidade durante seu trabalho. [...] Pois bem: durante quase 11 meses não houve reuniões, seminários ou discussões organizadas pelo GT-AD, que limitou-se a divulgar, em 24/3/2015, seu relatório final. [...]

RDIDP e Extensão. A compreensão da Adusp é de que o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) deve ser o regime de trabalho preferencial na universidade e sua implementação e disseminação, fruto de muitos embates, foi decisiva para garantir a realização e as relações entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que propiciaram à USP ocupar um lugar de destaque no Estado e no país. É sempre possível aprimorar qualquer organização socialmente construída, mas será que temos, efetivamente, problemas significativos com o RDIDP? [...]

A Adusp concebe a Extensão como uma atividade institucional que tenha origem e destino no ensino e na pesquisa, tendo como base a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes; e que seus resultados sejam devolvidos gratuitamente à sociedade. Dessa forma, os projetos de trabalho acadêmico originários de propostas de Extensão devem estar estritamente ligados ao avanço do ensino e da pesquisa.

A Extensão não pode ser utilizada como instrumento para a venda de serviços, de projetos ou o patrocínio de cursos pagos, estes em geral com diploma e/ou aval concedidos pela USP, algo explicitamente vedado pela Constituição do país. [...]

Que dizer do relatório?

Inicialmente, em relação a processos de avaliação individual, constata-se que por certo há visões bastante diversas na universidade, mas é fundamental destacar que nos atuais regulamentos da USP não há — e a Adusp entende que não deva mesmo haver — qualquer respaldo para que estes se dêem de modo centralizado.

Além disso, os docentes são avaliados de diferentes formas ao longo da carreira: nos processos de promoção, nos pedidos de bolsas e auxílios, nas bancas de tese de seus alunos, nas palestras que proferem, nos artigos ou livros que submetem à publicação, nos processos de credenciamento para pós-graduação, nas avaliações dos programas dos quais participam, pelos seus estudantes — e outras. Citamos tais exemplos para ressaltar que as atividades docentes são de natureza complexa e diversificada e os processos de avaliação, para merecer esse nome, não podem ater-se a procedimentos uniformizados, numéricos e quantitativos, nem ocorrer de modo externo e desvinculado da unidade na qual tais atividades são desenvolvidas.

Será que preponderou no GT-AD a desastrosa posição pública do reitor M.A. Zago, manifesta em entrevistas à imprensa, de que os docentes da USP são “acomodados” e que precisariam de feitores e ameaças para realizar trabalho sério? Nada poderia estar mais longe da realidade: fruto da dedicação e responsabilidade da imensa maioria dos docentes da USP, particularmente dos que se encontram em RDIDP, é que esta universidade possui papel de destaque nacional e internacional.

Assim é que, de imediato, salta aos olhos que o GT-AD proponha a contratação em Regime de Turno Parcial (RTP) e a agilização dos processos de contratação temporária de docentes. [...] O critério utilizado parece ser nada acadêmico: “economizar” dinheiro, sacrificando as atividades-fim da USP [...]. Vale lembrar dos desvios de função e propósito ocorridos durante o processo centralizado de progressão horizontal na carreira docente.

Não surpreende portanto que no relatório não haja menção à necessidade urgente de reposição do quadro docente em RDIDP que tem sido reduzido por aposentadorias e rescisões cada vez mais frequentes.

[...] O relatório, ao mesmo tempo em que “reforça” a necessidade de realização de ensino, pesquisa e extensão, sugere que as atividades-fim possam ter ênfase nos aspectos ensino/pesquisa ou ensino/exten-

são. Dessa forma, antes de supor que isso possa ser uma maneira de a universidade respeitar a existência de diferentes perfis, é preciso lembrar que as atividades promovidas pelas fundações privadas autodeclaradas “de apoio” à universidade e, em particular, os cursos pagos, estão hoje formalmente inscritas no escopo das atividades de extensão, numa tentativa de driblar o cristalino preceito constitucional de que o ensino em estabelecimentos oficiais seja gratuito. Igualmente, podemos entender o objetivo de propostas do tipo regime de 40 horas sem dedicação exclusiva.

Embora o relatório admita a possibilidade do RDIDP, tal contrato dependeria de planos de metas departamentais, pareceres externos e comissões centrais da universidade. Portanto, o que o GT-AD propõe é que entrar e, provavelmente, manter-se no RDIDP, não mais seja definido por editais de concursos e procedimentos departamentais, mas sim por decisão de órgãos centrais. [...]

O relatório do GT-AD propõe, ainda, que a organização da carreira preveja que os docentes se submetam a processos de avaliação a cada cinco anos. [...] Ao longo do texto, aparecem já esboçados vários critérios e são elencados aspectos que deverão ser considerados na avaliação, todos embalados em um discurso pomposo sobre as missões da universidade e de uma pretensa avaliação qualitativa. Assim, vemos repetir-se, de modo ainda mais primitivo e descuidado, a farsa da promessa de avaliação qualitativa para promoção horizontal.

Um GT constituído para estudar uma questão tão importante quanto a atividade docente precisa basear sua análise e conclusões em um diagnóstico; suas propostas precisam ter justificativas em função deste diagnóstico e precisam ser acompanhadas das razões pelas quais proporcionam, de fato, uma solução para o problema diagnosticado. Nada disto consta do relatório apresentado.

[...] Em suma, este relatório precisa ser rechaçado pelo corpo da Universidade!

Confira a íntegra deste documento em <http://goo.gl/sMr4dw>.

Novo teto salarial e PIDV colocam pacientes em risco no HU, diz vice-diretor

“Como leitos foram fechados, pacientes estão permanecendo nas macas de emergência. A UTI [Unidade de Tratamento Intensivo] foi reduzida em 40% e isso coloca a vida das pessoas em risco. É um absurdo um hospital que já estava sobrecarregado ver diminuído o número de profissionais via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV)”. O comentário é do vice-diretor clínico do Hospital Universitário (HU), Gerson Salvador, que também é diretor do Sindicato dos Médicos (Simesp), a propósito da profunda crise vivida pelo hospital em razão do corte da remuneração dos plantões e horas-extras e da saída de 218 profissionais de saúde que aderiram ao PIDV.

“Se alguém morrer ou sofrer dano irreversível à saúde no HU, por conta das condições precárias em que o hospital se encontra, a responsabilidade é do reitor Marco Antonio Zago”, declarou Salvador ao *Informativo Adusp*.

Um detalhado relatório sobre a situação atual do HU, assinado por José Pinhata Otoch, diretor clínico do hospital, e Marcelo Rodrigues Borba, chefe técnico do Departamento Médico, foi encaminhado ao superintendente Waldyr Jorge. De acordo com o documento, “a implantação do novo teto salarial e o início do PIDV no final de fevereiro deste ano causam um grande impacto na estrutura do Departamento Médico deste hospital, atingindo tanto o ensino quanto a assistência aos doentes atendidos”.

Perda de médicos. O relatório indica as perdas de médicos em cada departamento e tipo de serviço prestado pelo HU e a redução causada nos respectivos atendimentos. Na área de Clínica Pediátrica (DCP), por exemplo, uma das mais importantes do hospital, haverá grande impacto: “O número total de médicos da DCP é 43. Atualmente estamos com 3 claros anteriores que não foram repostos, que são médicos do Pronto Atendimento”, aos quais se somam 3 demissões no PIDV. “A redução de carga horária da equipe médica deve-se a estes claros e à redução das horas extras determinadas pelo limite salarial”.



Algumas das consequências sofridas pelo DCP: redução de 50% do Ambulatório de Puericultura destinado a funcionários da USP e seus dependentes, com maior demora no atendimento; redução do número de médicos assistentes na Enfermaria, com menor supervisão dos alunos de graduação e médicos residentes; redução das escalas de plantão no Pronto Atendimento, nos períodos da manhã e da tarde, de 4 médicos para apenas 3 e “em alguns momentos” para apenas 2; redução das escalas de plantão

na UTI Pediátrica, de 4 médicos pela manhã e 3 médicos à tarde para 3 e 2 respectivamente; na Neonatologia, redução do número de partos em 20%.

A Divisão de Clínica Cirúrgica perdeu 2 médicos em razão do PIDV. “No Centro Cirúrgico houve o cancelamento de 15 cirurgias mensais, com grande prejuízo dos estágios dos residentes, estagiários internacionais e do internato. Com o PIDV espera-se uma redução em torno de 20% das cirurgias eletivas”, diz o relatório (vide <http://goo.gl/XFwoZ4>).

Visita de FHC. A convite um grupo de médicos, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) visitou o Hospital Universitário em 27/2/15. “Ele foi ao HU, passeou pelo hospital, depois foi levado ao anfiteatro e recebeu uma homenagem do superintendente”, relatou ao *Informativo Adusp* um médico que acompanhou a visita, mas prefere não se identificar por temer represálias. “Contem comigo para o que vocês precisarem”, declarou FHC ao final.

A visita do ex-presidente resultou de uma articulação iniciada em 2014 pelos médicos do hospital. Acionado pelo amigo José de Souza Martins, professor aposentado da FFLCH, o ex-presidente telefonou para o governador Geraldo Alckmin e lhe falou das dificuldades enfrentadas pelo HU. Depois, um pequeno grupo de profissionais reuniu-se com FHC, na sede do Instituto Fernando Henrique, ainda em 2014, e lhe transmitiu o convite para conhecer o hospital, que ele só conseguiria atender em 2015 (vide <http://goo.gl/P1xBAC>).

Para Waldyr Jorge, PIDV causou “perda de quadros qualificados” e foi “equivoco”

Ao conceder entrevista à reportagem do *Informativo Adusp*, em 6/4, durante a qual explicou as providências que vem tomando — negociações com as secretarias municipal e estadual da Saúde; troca do serviço privado de ambulâncias pelo Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU, federal); e tratativas com a Reitoria para contratações de emergência — o professor Waldyr Jorge, superintendente do Hospital Universitário (HU), admitiu que o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária causou graves problemas ao hospital: “Veio o PIDV. Não fui consultado. Estamos sofrendo uma perda de quadros importantes, altamente qualificados. Por isso solicitei uma avaliação de cada departamento, e não sei por que razão tornou-se pública”.

Foi lembrado ao superintendente que o PIDV foi objeto de deliberação do Conselho Univer-



sitário (Co), no qual ele tem assento na condição de diretor da FO. À indagação de como votou na ocasião em que o PIDV foi submetido à apreciação do Co (em 2/9/14), Waldyr Jorge precisou responder que endossou a proposta do reitor: “Eu tive que votar favoravelmente”. A explicação para isso estaria na situação de crise financeira descrita pela Reitoria e pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP).

Ao final da conversa, quando se despedia dos repórteres, ele deixou escapar, em tom de desabafo, uma crítica mais contundente, ao falar genericamente em “equivocos” que teriam sido cometidos. Instado a explicar se o PIDV estaria entre tais equivocos, o superintendente respondeu: “PIDV, a questão do dinheiro [teto salarial]. Foi feito de maneira muito rápida. Dói na gente”.

O superintendente do HU disse ao *Informativo Adusp* que a questão da redução de plantões foi resolvida mediante gerenciamento, e procurou minimizar as preocupações expressas no relatório assinado pelos médicos Marcelo Borba e José Pinhata Otoch (vide <http://goo.gl/oDu81A>). “Os serviços vão voltar a ser oferecidos, não houve prejuízo. O relatório não está fechado, não é um relatório final”, declarou Waldyr Jorge (vide reportagem integral em <http://goo.gl/iTdgNw>).

Adusp, Sintusp e Simesp pedem ao MPE que apure ações da Reitoria contra HU e HRAC

A Associação dos Docentes da USP (Adusp), o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) e o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) apresentaram uma representação no Ministério Público Estadual (MPE) contra a decisão do Conselho Universitário da USP (Co), tomada na reunião de 26/8/2014 sem o necessário quórum qualificado, de desvincular o Hospital de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), também conhecido como “Centrinho”. A tentativa, protagonizada pela Reitoria, de desmonte da capacidade instalada do Hospital Universitário (HU) também é foco da representação (disponível em <http://goo.gl/axtpww>), que pede instauração de inquérito civil.

A desvinculação do HRAC, como já denunciado pela Adusp (<http://goo.gl/hc2tuk>), precisaria ter sido aprovada por dois terços do Co, e não por maioria simples, por se tratar da extinção de um Órgão Complementar, segundo o próprio Estatuto da USP. A votação de 26/8/14 contou com 64 votos a favor, 27 contra e 15 abstenções. Portanto, não alcançou o quórum necessário, de 77 votos favoráveis.

A Adusp apresentou ao Co uma petição (apoiada por mais de 20% dos membros do próprio Co conforme exige o Estatuto da USP) para que esse colegiado reveja sua decisão. No entanto, a Procuradoria Geral da USP (PG-USP) emitiu parecer contrário à petição da Adusp, recusando a avaliação de que o HRAC foi extinto como Órgão

Complementar e alegando, ainda, que “a finalização das atividades do HRAC não foi, em momento algum, objeto da proposta formulada pela Administração Central, tampouco debatida e muito menos submetida à votação”.

A representação apresentada ao MPE sustenta a argumentação de que a votação realizada no Co transforma o HRAC em Entidade Associada à USP, sendo necessária para tanto a criação de “personalidade jurídica nova e autônoma à USP”, como consta na ata da reunião do Co, o que é entendido pelas entidades autoras da representação como extinção do HRAC como Órgão Complementar.

Com efeito, a ata da sessão do Co de 26/8/14 afirma que “No caso concreto, os atos de transferência dos hospitais para o Estado, quando aperfeiçoados, criarão pessoas jurídicas próprias, dotando-as de personalidade jurídica própria e autônoma da USP [...] É aprovada a vinculação do HRAC ao gestor estadual do SUS”.

HU e PIDV. A representação também tem por objetivo pedir a apuração das responsabilidades da Reitoria pelo atual estado do atendimento do Hospital Universitário (HU), cuja desvinculação chegou a ser proposta pelo reitor M.A. Zago na mesma reunião do Co de 26/8/14 e continua em estudos. “O HU tem tido sua importância desqualificada a pretexto da crise financeira que atravessa a USP”, aponta o documento entregue ao MPE.



Passeata realizada em 7/4, Dia Mundial da Saúde

Além da tentativa de repetir com o HU a medida sofrida pelo HRAC, a Reitoria da USP, ao aplicar o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que recebeu a adesão de 213 funcionários do hospital, dos quais 18 são médicos, afetou o pleno funcionamento do principal hospital da região do Butantã, que atende, em média, 20 mil pacientes por mês. A aplicação retroativa, em outubro de 2014, do teto salarial aos médicos do HU também prejudicou o atendimento, devido à necessidade de cortes dos plantões antes oferecidos.

Importante esclarecer que a Reitoria não apenas cortou pró-labores de plantões já cumpridos e de horas-extras realizadas e acumuladas, ambos referentes a meses anteriores e que seriam pagos num mesmo mês, como em alguns casos aplicou o teto cumulativamente sobre salários devidos a vínculos empregatícios distintos, por exemplo: docente da Faculdade de Medicina em Regime de

Turno Completo (RTC) e médico contratado pelo HU. Tais medidas são notoriamente ilegais.

“A implantação do novo teto salarial e o início do PIDV no final de fevereiro deste ano causam um grande impacto na estrutura do departamento Médico deste hospital, atingindo tanto o ensino quanto a assistência aos doentes atendidos”, afirma relatório elaborado por dirigentes do corpo médico do hospital (vide <http://goo.gl/WMOENm>).

Na realidade, assinala a representação, “muito embora suspensa a decisão do Conselho Universitário da USP para melhor avaliação no tocante ao HU-USP, o que ocorre efetivamente, e de forma aviltante, para seus servidores e toda a comunidade, é a tentativa de desmonte da capacidade instalada do HU-USP, seja através do PIDV, seja pela aplicação do teto [salarial], seja pelo estrangulamento financeiro generalizado que consta do mencionado relatório”.

Passeata em defesa do HU atravessa o Butantã

Na manhã de 7/4, dezenas de manifestantes caminharam do bairro Rio Pequeno em direção à Reitoria, passando pelo Hospital Universitário (HU), para mostrar ao reitor M.A. Zago a grande insatisfação com a atual situação do hospital. Trabalhadores da saúde pública, estudantes, moradores do Butantã e lideranças de movimentos populares deram continuidade assim à agenda traçada em reunião no Circo-Escola São Remo, em 24/3 (<http://goo.gl/H2KsG8>).

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e o Sindicato dos

Trabalhadores da USP (Sintusp) contribuíram com a realização do protesto. Os quatro eixos de reivindicações: contratação imediata dos profissionais de saúde necessários ao pleno funcionamento do HU; não autarquização do HU; pleno funcionamento do Centro Saúde Escola-Butantã; e a saída do reitor.

Durante o protesto, M.A. Zago recebeu duras críticas por medidas que tomou e resultaram no desmantelamento do hospital.

56 leitos a menos. “Hoje, Dia Mundial da Saúde, estamos

reivindicando que o HU volte a ter o atendimento normal e atenda à população que está desassistida”, relatou à reportagem do Simesp a funcionária do HU (e moradora da região) Rosane Vieira, que é diretora do Sintusp. Foram fechados 56 leitos no hospital.

As demissões afetam o ensino, informou Glauco Marinho, estudante do quarto ano da FMUSP: “O HU é um espaço importante para estágios do internato, onde aprendemos o que vamos encontrar no dia a dia. E estamos perdendo tudo isso com

o sucateamento do hospital: vários serviços estão sendo fechados e o pronto-socorro está reduzindo os atendimentos. Nós sofremos, mas a população é quem sofre mais”.

A região do Butantã tem só 13 unidades básicas, em condições precárias, e seriam necessárias mais 12 para atender à população. “A unidade mais recente foi construída há 25 anos. Então, se o HU fechar as portas o Butantã ficará à deriva”, resume Oscar Martins, do Conselho Gestor Distrital.

A reunião do Co de 14/4/2015: epílogo de uma encenação?

Realizada num dos auditórios do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), a reunião de 14/4 do Conselho Universitário (Co) transcorreu por cerca de hora e meia, antes que ocorresse a ocupação do local por funcionários e estudantes e, imediatamente, a interrupção dos trabalhos por determinação do reitor M.A. Zago, que se retirou apressadamente, sob protestos dos manifestantes.

No entender do professor Benedito Honório Machado, representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) no Co, mais uma vez a condução autoritária da reunião, bem como as muitas intervenções que se seguiram às suas considerações iniciais acerca de como proceder à análise das minutas de resolução em pauta (sobre qual órgão deveria proceder à reforma do Estatuto: se Estatuante, Assembleia ou o próprio Co), desfizeram qualquer dúvida quanto às reais intenções da Reitoria e dos seus apoiadores naquele colegiado.

Definitivamente, ficou claro que não se pretendia levar a bom termo um processo que promovesse mudanças efetivas na direção de melhor configurar as relações de poder e de representação das diferentes visões acerca da instituição.

No início da reunião o professor Benedito Machado defendeu que o processo de discussão deveria se dar de modo que não fosse estritamente vinculado às três minutas em pauta, mas sim organizado preliminarmente em torno das seguintes possibilidades: *a reforma ser conduzida pelo próprio Co ou por um outro órgão*. Ressaltou que essa seria uma decisão histórica do Co e que os seus membros deveriam assumir a responsabilidade política por ela, perante as atuais e futuras gerações de membros da comunidade universitária.

Se vencedora a primeira possibilidade, estaria em debate o teor da minuta da Secretaria Geral (SG) que previa que o Co, na sua composição atual, tomasse as deliberações por maioria absoluta (mais



A retirada do reitor: cena final do mal conduzido processo de reforma do Estatuto

que 50%) dos votos de seus membros; ou que o fizesse como o atual Estatuto prevê para qualquer mudança: previsão do quórum qualificado de 2/3 dos membros.

Se a opção fosse por outro órgão, estariam em debate as propostas da Assembleia Universitária ("colegião") ou da Assembleia Estatuante. Nesses dois últimos casos deveria ser garantido espaço para a devida avaliação e eventuais mudanças das demais condições que já haviam sido formatadas pela SG: número de participantes, proporções entre as categorias, destinação e critérios para posterior plebiscito ou referendo etc.

Distorções. Para o professor Machado, o que se viu na sequência foi uma clara movimentação na busca de circunscrever o debate às propostas fechadas pela Reitoria, em especial em torno da proposta formatada pela SG de que seja o atual Co que decida, *mas com quórum reduzido para 50% dos votos*, facilitando às posições conservadoras, atualmente dominantes em razão das distorções na composição do conselho, darem o tom à "reforma", fazendo aprovar tudo que fosse de seu interesse.

Nessa linha teriam sido as intervenções do professor Pedro Dallari, diretor do Instituto de Relações Internacionais (IRI), para quem a comunidade não está envolvida com o processo, devendo ser o próprio Co a decidir sobre tudo; e do professor Sérgio Adorno, diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que na sua fala minimizou o valor da consulta aprovada pela Congregação da unidade

(confira em <http://goo.gl/PwQLkH>), que segundo ele não seria representativa por terem dela participado pouco mais de 40% (na realidade 42,6%) dos docentes na ativa e proporções ainda menores das demais categorias, para concluir que não há motivações da comunidade para debates e alterações no Estatuto.

De modo contundente, o reitor interpelou diretamente o professor Machado quanto às posições externadas por este docente expressarem ou não o entendimento da congregação da FMRP (estranha preocupação, pois o reitor jamais questionou outros representantes de congregações, ou diretores de unidades, que sabidamente não defendiam posições manifestas por suas unidades).

Ademais, negou novamente o pleito dos estudantes para que uma comissão de representantes de movimentos negros que lutam por cotas tivessem acesso à reunião.

M.A. Zago também destituiu a palavra do professor Carlos Martins, presidente da Caeco, abruptamente interrompido por ele no momento em que apresentava explicações sobre o processo em curso. Declarou que a partir daquele momento todas as informações partiriam dele, reitor, e avocou para si a condução da reunião. Como em ocasiões anteriores, coube a um estudante tomar a palavra para ponderar ao reitor que ele não podia proceder de modo tão desrespeitoso com um conselheiro, ainda mais por se tratar do presidente da Caeco!

Tais fatos, somados ao anúncio de que o processo só seria retomado em 2016, assumido mono-

Nota da Diretoria da Adusp sobre o desfecho da sessão do Co de 14/4

Ainda que não endosse os atos que deram origem à suspensão da sessão do Co da USP de 14/4/2015, registre-se que diversas congregações e conselheiros insistiam em ter mais tempo para aprofundar a discussão e o entendimento das propostas em pauta: Estatuante Soberana e Paritária, Assembleia Universitária (Colegião) ou o próprio Co, neste caso por maioria absoluta (superior a 50%) de votos do colegiado.

Este processo, conduzido pela Reitoria da USP de forma açodada e autoritária, **faliu**.

A postura da Reitoria fez perder mais essa oportunidade para, institucionalmente, se debater em profundidade o estado atual da universidade com o propósito de providenciar modificações estatutárias e regimentais para democratizar a USP, que permitissem desenvolver e aprimorar as relações sociais e acadêmicas no seu interior, mesmo não sendo essas as perspectivas da oligarquia que atualmente controla a USP.

craticamente por M.A. Zago ao interromper a reunião de 14/4, sugerem que, ao contrário das proclamações do então candidato em campanha, o atual reitor só está disposto a um jogo com resultado previamente definido em favor das propostas da oligarquia que controla a USP.

Faria mais e melhor se, mesmo mantendo suas posições conservadoras, tivesse o reitor de fato abraçado o propósito de coordenar um processo de abertura e arejamento da USP, que permitisse à universidade um ambiente favorável ao diálogo e avanço da democracia, conduta esta esperada da investidura do cargo que ocupa!